

PARQUE PÚBLICO DE BAIRRO COMO VETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO E TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

Scarlet Camargo da Costa¹; Cleonice Alexandre Le Bourlegat²; Ana Cláudia Marques³

GT: 4 – Patrimônio, Governança e Abordagem Territorial do Desenvolvimento

Resumo

O objetivo desta pesquisa foi buscar maior aprofundamento a respeito do Parque Público de Bairro, como vetor de desenvolvimento urbano e territorial sustentável, com base em pesquisas já existentes a respeito do conceito e práticas relativas ao tema. A finalidade foi identificar por meio dos conceitos e diversas formas de uso e apropriação dos Parques Públicos de Bairro, contribuições para a formulação de políticas públicas de planejamento urbano e territorial, com potencial para construir uma cidade mais inclusiva, segura, resiliente e sustentável. Houve também preocupação em contribuir para a produção científica nacional e latino-americana sobre o tema, considerada ainda incipiente. A pesquisa foi de natureza exploratória e descritiva, com informações obtidas por meio de Revisão Sistemática, baseada na combinação de fontes bibliográficas e documentais com análise bibliométrica feita no *Web Science*. A redação levou em conta a Introdução, Metodologia, Resultados da Pesquisa e Considerações Finais. Os Resultados da Pesquisa foram estruturados em duas seções: uma voltada aos resultados de fontes bibliográfica e documentais e outra dos resultados da análise bibliométrica. A pesquisa permitiu considerar o papel relevante que os Parques Públicos de Bairro vêm exercendo no atendimento do ODS 11, relativo às cidades, especialmente as mais adensadas e complexas e o número ainda incipiente de pesquisas e publicações a respeito. Com base na combinação dos resultados e comentários das duas modalidades de fontes de pesquisa foi comprovada a hipótese de que o Parque Público de Bairro pode ser considerado no planejamento urbano um vetor de desenvolvimento urbano e territorial sustentável.

Palavras-chave: Parque Público de Bairro; Desenvolvimento Urbano e Territorial Sustentável; Periferia Urbana.

¹ Arquiteta e Urbanista; Mestranda em Desenvolvimento Local; Universidade Católica Dom Bosco; Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil. E-mail: ra867322@ucdb.br ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-8303-9057>

² Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP); Docente no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local - Universidade Católica Dom Bosco; Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil. E-mail: clebourlegat@ucdb.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0814-0334>

³ Doutora em Meio ambiente e Desenvolvimento Regional pela Universidade Anhanguera (Uniderp); Docente no Curso de Arquitetura e Urbanismo - Universidade Católica Dom Bosco; Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil. E-mail: anamarques.arq@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8039-8578>

1 INTRODUÇÃO

Os parques, na condição de espaços públicos, são considerados um bem comum, que servem de cenário e infraestrutura de apoio à vida comunitária de uma cidade, de forma mais sustentável e equitativa (ONU-Habitat, 2019). Quando bem projetados, podem ajudar a melhorar a qualidade de vida dos moradores, reduzir índices de criminalidade e violência, ou mesmo disponibilizar serviços e oportunidades ao mercado informal, com maior resiliência ambiental. Neste sentido, o papel dos governos locais é garantir a provisão adequada dos parques públicos, integrados ao planejamento urbano local e municipal, no atendimento à ODS 11: "Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis" (ONU, 2015).

Entre as diversas categorias existentes de parques públicos, a ONU-Habitat (2018) reconhece o Parque Público de Bairro, quando dotado de área menor, entre 0,04 a 0,4 hectares, acessível a pelo menos 400 metros de distância a pé das residências e, ainda, que possa acomodar uma variedade de atividades, como recreação, esportes, além de proporcionar a conservação de recursos naturais. No entanto, na versão dos pesquisadores, mais importante do que as medidas, têm sido as possibilidades de uso da infraestrutura adequada e ambiente verde proporcionado por um Parque Público em um bairro, assim como seus efeitos na vida social, da saúde, ambiental e econômica dos moradores.

Esta categoria de parque chamou atenção, por ainda ser pouco abordada no ambiente de pesquisa e planejamento urbano em nosso país, além da importância em difundi-lo, especialmente em bairros mais periféricos ou que abrigam populações mais vulneráveis. A justificativa para este estudo encontra-se na relevância social e acadêmica de compreender os Parques Públicos de Bairro como espaços públicos abertos, estratégicos para a promoção da justiça socioespacial e do bem-estar e ambiental coletivo, sobretudo em áreas periféricas marcadas por exclusão social e precariedade de infraestrutura.

A questão que norteou a presente pesquisa foi verificar o papel que o Parque Público de Bairro, como espaço público aberto, pode funcionar como vetor do desenvolvimento urbano e territorial sustentável, especialmente em realidades ou em situações em que pessoas e/ou coletividades vivenciam condições de vulnerabilidade.

Partiu-se da hipótese que os Parques Públicos de Bairro apresentam potencial para tornar os diversos assentamentos humanos de uma cidade mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, sem necessidade de grandes áreas com infraestruturas complexas para este fim.

O objetivo da pesquisa foi buscar maior aprofundamento a respeito do Parque Público de Bairro como vetor de desenvolvimento urbano e territorial sustentável, através de pesquisas já existentes a respeito do conceito e de práticas relativas ao tema.

A finalidade foi identificar por meio dos conceitos e diversas formas de uso e apropriação dos Parques Públicos de Bairro, contribuições para a formulação de políticas públicas de planejamento urbano e territorial, com potencial para construir uma cidade mais inclusiva, segura, resiliente e sustentável. Além disso, dada a importância em contribuir para a produção científica nacional e latino-americana sobre o tema, ainda incipiente frente à crescente atenção internacional.

A redação do artigo foi estruturada, além da Introdução, Metodologia, Resultados e Discussão e Conclusão. Na Metodologia foi dado destaque à Revisão Sistemática, baseada na combinação da pesquisa bibliográfica/documental com a análise bibliométrica. Nos Resultados e Discussões foram feitos comentários analíticos a partir dos resultados obtidos na pesquisa por meio de Revisão Sistemática. Na Conclusão, com base na combinação dos resultados e comentários das duas modalidades de fontes de pesquisa foi comprovada a hipótese de que o Parque Público de Bairro pode ser considerado no planejamento urbano um vetor de desenvolvimento urbano e territorial sustentável.

2.METODOLOGIA

Esta pesquisa foi de natureza exploratória e descritiva. O método utilizado foi a pesquisa bibliográfica, com a finalidade de obter aprimoramento e atualização a respeito do conceito de Parque Público de Bairro, com base em obras já publicadas, de modo a se conhecer o estado da arte e obter um conhecimento mais sólido a respeito do tema proposto. Buscou-se identificar os principais trabalhos disponibilizados, que pudessem favorecer a melhor definição do quadro conceitual e tema de interesse desta pesquisa (Gil, 1994).

Para aumentar a precisão e acurácia das informações obtidas, adotou-se o procedimento baseado na Revisão Sistemática, baseada na combinação de fontes

bibliográficas e documentais (teses, dissertações, artigos, livros, documentos institucionais) com fontes obtidas por meio de análise bibliométrica.

Como Fontes Bibliográficas foram priorizadas obras de referências, que permitiram a seleção de conceitos e abordagens teóricas, relativas ao desenvolvimento territorial sustentável, espaços públicos, dentre estes os parques urbanos e parques de bairro. A Análise Bibliométrica foi realizada a partir da base de dados Web of Science, utilizando os descritores “*neighborhood parks*” e “*public open neighborhood spaces*” no intervalo de 2021 a 2025, que permitiram detectar 85 artigos, sendo 78 com a primeira palavra-chave e apenas 7 com a segunda.

As duas fontes permitiram realizar comentários críticos que, posteriormente combinados, favoreceram a resposta à questão e objetivos colocados e comprovar a hipótese da pesquisa.

3.RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os comentários analíticos aqui apresentados resultam das informações obtidas por meio das fontes bibliográficas e documentais, assim como da análise bibliométrica, relativas aos conceitos e práticas realizadas vinculadas ao tema proposto.

3.1 PARQUES PÚBLICOS DE BAIRRO NO DESENVOLVIMENTO URBANO E TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: FONTES BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

O território, enquanto palco das relações humanas e expressão do poder, constituiu-se como um conceito central para entender as dinâmicas socioespaciais do mundo contemporâneo. Mais do que uma simples porção física, implica em uma construção social complexa, marcada pelas práticas, representações e relações entre os atores sociais.

Para Raffestin (1993) esta construção se configura dinamicamente por meio de relações sociais em rede, que envolvem apropriações e transformações espaciais, em cada contexto específico em que se manifestam. A territorialização, ou o desenvolvimento territorial, na abordagem de Raffestin (1993), consiste neste processo de interações humanas estabelecidas entre si e com o espaço vivenciado, para sua reapropriação na forma coletivamente desejada. Compreender um sistema territorial exige considerar os múltiplos atores e suas interações em torno de objetivos comuns. A identidade territorial,

nesse contexto, advém do sentimento de pertencimento e da vivência compartilhada, fortalecida por vínculos históricos, culturais e sociais (Raffestin, 1993).

O processo dinamizador de uma comunidade local em desenvolvimento territorial sustentável, partiu inicialmente dos princípios do desenvolvimento local de natureza endógena. Ele se manifesta, segundo Ávila (2000), quando a própria comunidade se torna protagonista do processo, procurando se utilizar de suas competências e habilidades para organizar formas de gestão coletiva voltadas para a transformação do território. No entanto, diante da velocidade das mudanças na atual complexidade do mundo, nem o governo ou a coletividade local sozinhas conseguem mais impulsionar as inovações ajustadas a todas as necessidades específicas em tempo real. Moulaert *et al* (2021) alertaram sobre a necessidade atual de uma ação, em que o governo, coletividade protagonista, academia e outras partes interessadas atuem de forma colaborativa em processos que partem de realidades locais. Neste caso, o desenvolvimento se torna, ao mesmo tempo, endógeno (de baixo para cima) e exógeno (de cima para baixo), portanto, ainda mais sistêmico. O desenvolvimento territorial é considerado sustentável, quando as estratégias e práticas de sustentabilidade utilizadas abrangem todas suas dimensões (social, econômica, ambiental) e se integra a outras escalas de organização.

Logo após os compromissos do Objetivos de Desenvolvimento Sustentável assumidos na Agenda 2030, relativos às cidades (ODS 11), as Nações Unidas para Assentamentos Humanos divulgaram a Nova Agenda Urbana (ONU-Habitat, 2017) e, em seguida, um Guia de Diretrizes Internacionais sobre Planejamento Urbano e Territorial (ONU- Habitat, 2018). Mais recentemente, estas novas proposições no modelo de planejamento urbano foram reforçadas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2021), com um guia sobre a territorialização dos ODS nas cidades. Todos estes documentos, entre outros, vêm reforçando o princípio de que o planejamento urbano baseado no desenvolvimento territorial sustentável deve ser de natureza multisetorial, multidimensional e multiescalar. Para este fim, para se planejar as cidades mais densas e complexas tem sido considerado fundamental partir das microescalas ou dos bairros das cidades. De acordo com o guia do PNUD (2021), é no local que os problemas são vivenciados e onde se deve a começar resolvê-los. Também é no local que eles podem ser devidamente integrados e implementados em acordo com as peculiaridades e necessidades específicas do lugar. Em 2019, a ONU-Habitat publicou um guia global com diretrizes para se estabelecer políticas de planejamento e práticas locais de como prover as cidades de espaços públicos. Neste documento, a ONU-Habitat

(2019) fez um alerta a respeito do papel exercido pelos espaços públicos como bens comuns, geradores de sustentabilidade ambiental, equidade, inclusão social e econômica, participação cidadã, segurança, saúde pública nas cidades.

Os parques urbanos, na condição de espaços públicos abertos, constituem elementos essenciais da paisagem urbana contemporânea, desempenhando funções que vão além do lazer e do embelezamento, ao se integrarem à lógica da produção do espaço e às dinâmicas do capital (Gomes, 2013). Trata-se de equipamentos públicos inseridos em áreas demarcadas, cuja apropriação e uso refletem interesses diversos, muitas vezes seletivos, condicionados por fatores socioeconômicos.

Historicamente vinculados a locais de poder, os parques, desde a Antiguidade até a era industrial, foram se transformando conforme as mudanças nas relações entre cidade, campo e natureza (Williams, 1989; Lefebvre, 2006). Já o parque urbano moderno emergiu como resposta à degradação ambiental e social das cidades industriais, simbolizando uma natureza idealizada, construída como refúgio frente ao caos urbano (Gomes, 2013). A partir do século XVIII, impulsionados pelas transformações econômicas e sociais, os parques passaram a se incorporar ao cotidiano urbano como espaços públicos planejados. No Brasil, esse processo foi intensificado durante a Belle Époque, com a valorização do ambiente urbano e a implantação de áreas verdes em grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo (Gomes, 2013). Mas, diante do agravamento das condições ambientais no pós-guerra, os parques passaram a representar uma forma estratégica para a promoção da sustentabilidade urbana. Gehl (2013) considera os parques urbanos como fundamentais para a qualidade de vida nas cidades, destacando aspectos como proteção, conforto e prazer, além de seu papel na promoção das interações sociais. Jacobs (2011) valorizou a diversidade e a vitalidade urbana, apontando que a integração dos parques com o tecido social do entorno é determinante para seu êxito enquanto espaço público.

Durante a década de 1970, o discurso ambiental fortaleceu-se e influenciou a proliferação de parques como parte de políticas públicas, exemplificada pelas ações em cidades como Curitiba, Salvador e Ribeirão Preto (Rechia, 2003; Serpa, 2007; Gomes, 2013). Embora projetados para uso coletivo, muitas vezes os parques acabaram sendo acessados majoritariamente por grupos com maior poder aquisitivo, o que evidencia desigualdades no direito à cidade (Gomes, 2013). A desigualdade na oferta e localização desses equipamentos públicos também é abordada por Villaça (2001), ao relacionar a distribuição dos investimentos públicos às dinâmicas de segregação socioespacial.

Esta concepção de parques urbanos, como espaços públicos abertos, vem se consolidando como elementos estratégicos de desenvolvimento, especialmente em áreas periféricas historicamente carentes de infraestrutura pública (Martin, 1999).

O Parque Público de Bairro, segundo Escada (1992), foi originalmente concebido apenas com base em critérios físicos de medidas, como área mínima por habitante e a presença de equipamentos básicos. Baseando-se em modelos alemães, Cavalheiro e Del Picchia (1992) reforçaram a importância da proximidade das residências e da metragem por habitante.

Contudo, para Jacobs (2011) a relevância dos parques urbanos, como espaços públicos abertos em bairros, estaria menos focalizada em sua dimensão física e muito mais na vitalidade que promovem, por meio da diversidade de usos, horários e da apropriação coletiva. Para ela, estes espaços deveriam ser considerados bens comuns, de livre acesso e com conforto ambiental adequado a todos os moradores da cidade. Estudos como os de Chitrakar *et al.* (2016) no Nepal, evidenciaram que a ausência de Parques Públicos de Bairro compromete a qualidade dos espaços públicos e a vida social. O vínculo afetivo entre moradores e Parques Públicos de Bairro foi apontado como central nos estudos de Strzelecka *et al.* (2011), além de fortalecer o engajamento comunitário. A partir de metodologias participativas, como o *codesign*, também Fassi e Maramotti (2025) destacaram o potencial dos parques de bairro no fortalecimento da coesão social e do sentimento de pertencimento às pessoas e lugar vivido.

As pesquisas de Dunton *et al.* (2016) complementaram esta análise ao demonstrar o papel exercido pelo adensamento vegetal e proximidade física para o uso coletivo, especialmente para crianças. Na Inglaterra, o plano da Civic Square (2024) aponta como parques podem ser concebidos como ativos cívicos, integrando soluções baseadas na natureza e promovendo saúde, biodiversidade e engajamento social. Bertuzzi (2024) reforçou estas afirmações, ao confirmar em sua tese sobre parques urbanos em Campo Grande/MS, que eles ajudam a conectar comunidades locais e contribuem para a recuperação ambiental e o bioclima, desde que haja equilíbrio entre uso recreativo e preservação. No México, Vidal e Torres (2024) em seus estudos defendem a disseminação na cidade de Parques Públicos de Bairro inclusivos, seguros e apropriados pela coletividade, com base em princípios de justiça socioambiental e desenvolvimento urbano sustentável.

Durante a pandemia de Covid-19, pesquisas como as de Rahai, Weels e Evans (2024) contribuíram para apontar benefícios dos Parques Públicos de Bairro na saúde

infantil, enquanto os estudos de Besser *et al.* (2023) revelaram que áreas verdes estão associadas a menor risco de demência. Song *et al.* (2024) também verificaram que conectividade e densidade com áreas verdes urbanas contribuem positivamente para a função cognitiva de idosos.

Para Badar e Bahadure. (2020), que realizaram estudos comparando os parques na Índia com os da Europa, sua eficácia está na articulação entre o espaço físico, o planejamento institucional e a vivência comunitária. A revisão bibliográfica de QI, Mazumdar e Vasconcelos (2024), baseada em 63 estudos, ajudou a corroborar que, características como acessibilidade, uso misto e mobiliário urbano são decisivas para promover coesão social, especialmente quando combinadas com fatores sociodemográficos e percepções locais.

Pesquisas realizadas na Malásia (Jausus e Said., 2014) e na Chi, Guo e Zhang, (2024) apontaram para a importância da participação comunitária e de uma governança compartilhada para o sucesso desses espaços, algo também reforçado por Simons (2017), que estudou programas de parques nos EUA.

3.2 PARQUES PUBLICOS DE BAIRRO NO DESENVOLVIMENTO URBANO E TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA

Importante salientar que o período da pesquisa (2021-2025) se deu num contexto pandêmico da Covid-19, o que ajuda a explicar que a maior parte dos estudos analisados demonstrassem atenção ao papel dos Parques Públicos de Bairro como espaços no enfrentamento desta crise sanitária.

No período de 2021 a 2025, a análise bibliométrica, que levou em conta a palavra-chave “Parques Públicos de Bairro” identificou um número ainda reduzido de publicações na *Web of Science*, ou seja, 78 artigos.

Os dados indicaram que a produção mais expressiva sobre Parques Públicos de Bairro ocorreu nos Estados Unidos, responsáveis por 39,744% da produção acadêmica analisada. Na sequência, destacaram-se a China, com 16,667% das publicações, e a Austrália, com 6,410%.

Ocorreram neste período de cinco anos pesquisados, oscilações significativas no volume de publicações. O ano de 2021 se destaca como o mais produtivo, analisa-se a possibilidade de a pandemia do COVID ter sido um dos motivos pelo interesse em analisar o impacto que os Parques Públicos de Bairro causam na sociedade, com 26

trabalhos identificados, seguido de perto por 2023, com 24 publicações. Em contraste, os anos de 2022 e 2024 apresentaram números mais modestos, com 13 publicações cada. Já 2025, até o momento, registra apenas três estudos, o que pode ser atribuído ao fato de o ano ainda estar em curso ou indicar uma possível retração no interesse pelo tema. Essa variação sugere que, embora o interesse por parques-bairro permaneça relevante em determinados períodos, ele pode estar sujeito a fatores contextuais, como políticas urbanas, financiamento de pesquisa ou eventos globais que impactam a agenda científica.

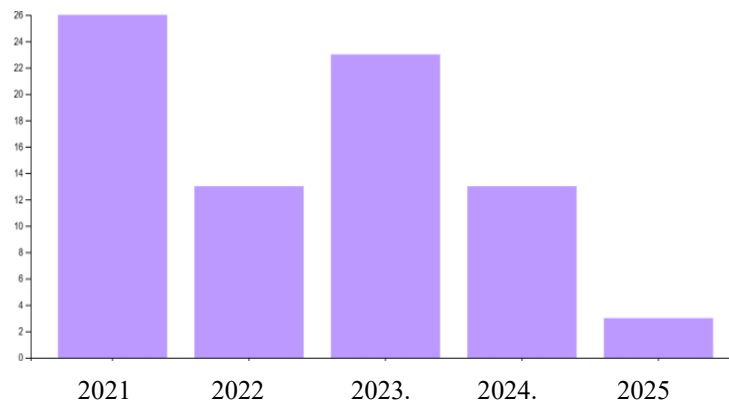


Figura 1 Número de Publicações sobre Parques Públicos de Bairro

Verificou-se que a maior parte dos estudos (57,143%) está concentrada na área de Ciências Ambientais, onde se buscou compreender a qualidade, os efeitos e o bem-estar, e ao acesso destes espaços abertos por parte da coletividade. Em seguida, destacaram-se a Saúde Ocupacional Ambiental Pública (42,857%), onde se buscou compreender os efeitos na saúde ocupacional dos usuários. Por fim, a área de Estudos Ambientais correspondeu a 28,571% dos trabalhos.

A análise da frequência das palavras mais utilizadas também permitiu apreciar maior foco nas funções ecológicas e promoção da saúde associadas aos Parques Públicos de Bairro. O destaque foi expressivo em relação aos espaços verdes na qualidade de vida, seguido das atividades físicas como práticas saudáveis, além de uma grande frequência de termos como “comunidade” e “saúde”, refletindo uma preocupação com os impactos sociais e sanitários desses espaços. Essa evolução temática apontou para uma mudança no enfoque das pesquisas, que passaram a integrar dimensões ambientais, comportamentais e sociais em torno dos Parques Públicos de Bairro, reforçando seu papel multifuncional nas cidades contemporâneas.

O gráfico de coocorrência de palavras, gerado por Biblioshny na identificação de nichos temáticos, permitiu verificar que o principal deles teve como foco central as funções ambientais e a promoção de hábitos saudáveis com impactos na saúde, indicando o papel dos Parques Públicos de Bairro como espaços multifuncionais nas cidades. O segundo foi em relação ao bem-estar coletivo e à saúde da comunidade com ênfase nas interações sociais e nos benefícios psicológicos destes parques. O terceiro sinalizou uma crescente preocupação com a infraestrutura urbana e seus efeitos sobre o uso e o acesso aos Parques Públicos de Bairro.

O mapeamento bibliométrico permitiu considerar, por meio dos enfoques na literatura acadêmica sobre Parques Públicos de Bairro, quatro quadrantes analíticos que refletem diferentes níveis de maturidade e centralidade dos temas.

Do quadrante mais consolidado fizeram parte as pesquisas que têm priorizado os vínculos entre estes parques e suas funções sociais, destacando o papel dessas áreas como elementos estruturantes do ambiente urbano e da coesão comunitária. Esses conceitos constituem a base conceitual a partir da qual se desdobram investigações mais específicas.

No outro quadrante, os estudos estiveram mais voltados para a compreensão da articulação do Parque Público de Bairro com o ambiente construído da cidade, assim como os fatores que favorecem ou limitam sua apropriação pelos moradores. Outros ainda se voltaram ao atendimento que os Parques Públicos de Bairro podem fazer em relação às demandas específicas, como a das crianças, ou idosos. Indicaram que novas abordagens a respeito do papel dos Parques Públicos de Bairro ainda se encontram em desenvolvimento. O conjunto da análise revela, portanto, um campo multifacetado e em constante transformação, no qual coexistem agendas tradicionais e frentes inovadoras. Essa estrutura confirma a vitalidade acadêmica do tema, abrindo espaço para investigações futuras que articulem as dimensões físicas, sociais e políticas dos parques de bairro nas cidades contemporâneas.

Foram analisadas as três publicações mais lidas nesta análise bibliométrica sobre Parques Públicos de Bairro, o que permitiu depreender que as abordagens estiveram mais voltadas na compreensão dos Parques de Bairro, como instrumentos na promoção da saúde, bem-estar e justiça socioespacial em contextos urbanos. As pesquisas realizadas destacaram preocupações distintas, porém complementares.

A primeira publicação mais citada foi elaborada por autores norte-americanos, que procuraram investigar sobre o papel exercido pelos Parques Públicos de Bairro na saúde e bem-estar dos adultos com mais de 50 anos, durante a manifestação da Covid-19.

Concluíram que os menores níveis de depressão, ansiedade e solidão nas periferias da cidade se manifestaram naqueles bairros em que estas pessoas frequentavam seus parques. Com base na pesquisa, os autores consideraram que os Parques Públicos de Bairro, abertos ao ar livre e verdes, constituem um importante potencial terapêutico durante possíveis futuras pandemias.

No segundo artigo mais lido e citado, os autores consideraram que distribuição e qualidade de Parques Públicos de Bairro em cidades de alta densidade, dotadas de desigualdades sociais, é uma questão de justiça ambiental. Diante de inconsistência na distribuição de Parques de Bairro de qualidade ao ampliar estas desigualdades sociais, se incorrer em injustiça social. A pesquisa realizada em 102 Parques Públicos de Bairro em Hong Kong, foi realizada para verificar sua quantidade e qualidade. Constataram desigualdades na oferta de equipamentos ativos, em relação às áreas com maior presença de minorias étnicas, consideradas injustiças distributivas.

No terceiro artigo, a pesquisa enfatizou a relação entre a percepção de qualidade dos Parques Públicos de Bairro, a frequência de uso e os níveis de atividade física em adultos e crianças. Ela foi realizada durante os sete dias da semana, com moradores de bairros próximos a parques em Melbourne/Austrália. Foi possível identificar vinculações positivas entre disponibilidade de parques, frequência de visitas e níveis de atividade física. A satisfação com os parques foi um fator mais significativo para os adultos. Concluiu-se que melhorias na infraestrutura e na qualidade dos Parques de Bairro podem promover maior uso pela coletividade e benefícios à saúde pública.

Pela pesquisa na *Web Science* que levou em conta a palavra-chave “Espaços Públicos Abertos de Bairro” obteve-se um número ainda mais reduzido de trabalhos publicados, ou sejam, apenas sete artigos, mas significativos. Foram abordados, em especial, nas áreas das Ciências Ambientais e Saúde Ocupacional Ambiental Pública e nos países da Austrália, China e Irã. Com exceção de 2022, com 3 artigos publicados, os outros foram um por ano.

Neste caso, o gráfico de coocorrências de termos utilizados nos artigos publicados apontou para cinco agrupamentos temáticos. O primeiro evidenciou ênfase no papel dos Parques Públicos de Bairro na mitigação das ilhas de calor urbanas e na promoção do conforto ambiental. O segundo teve enfoque nas experiências e comportamentos dos usuários, verificadas por meio de suas percepções relativas a necessidades específicas de distintos grupos populacionais, principalmente os jovens. O terceiro destacou mais os efeitos dos espaços verdes sobre a saúde física e psicológica, bem como seu papel nas

dinâmicas sociais e na qualidade de vida urbana. O quarto agrupamento voltou-se mais ao desempenho térmico dos Parques Públicos de Bairro. O quinto e último grupo identificado apontou para investigações direcionadas à promoção da saúde e da mobilidade na terceira idade, em diálogo com os benefícios dos espaços públicos acessíveis e bem planejados.

Dentre os três trabalhos mais citados, o primeiro foi elaborado por um pesquisador de Hong Kong, que analisa os fatores que concorrem no uso de espaços abertos por idosos em áreas residenciais de alta densidade e temperatura elevada em Hong Kong, com foco nas condições térmicas e elementos físicos do ambiente. Identificou-se que temperatura radiante média, temperatura do ar, vegetação e assentos ao ar livre são determinantes a serem consideradas na saúde de idosos. O trabalho propõe diretrizes para o planejamento de espaços urbanos mais adequados ao envelhecimento saudável em contextos de calor extremo. A pesquisa é significativa por integrar variáveis de conforto térmico com elementos de design urbano, fornecendo diretrizes concretas para o planejamento de espaços urbanos mais inclusivos para a população idosa.

A segunda publicação mais citada diz respeito a um estudo quantitativo sobre os efeitos dos espaços públicos abertos também no ambiente de Hong Kong no bem-estar e maior coesão social por parte da população de idosos. Os resultados indicaram estes espaços públicos abertos de bairro contribuem mais fortemente para o bem-estar emocional, especialmente entre os idosos mais velhos. A qualidade dos espaços, em termos de ambiente natural e de interação social, também foi considerada uma variável fundamental na promoção da saúde.

Já o terceiro artigo mais citado foi realizado em oito cidades australianas, com o objetivo de verificar a relação entre a qualidade destes espaços públicos abertos de bairro e a saúde mental infantil. Os estudos permitiram verificar que a proximidade destes espaços públicos amigáveis às crianças repercutem na melhoria de sua saúde mental e desenvolvimento emocional. Por outro lado, as pesquisas permitiram evidenciar a desigualdades socioespaciais no acesso a estes espaços, indicando a necessidade de políticas públicas que promovam maior coerência na sua distribuição entre os bairros de uma cidade.

A combinação dos resultados e discussão com base na fonte bibliográfica/documental e análise bibliométrica permitiu as colocações apresentadas a seguir na Conclusão, com base na Hipótese definida no início da investigação.

5. CONCLUSÃO

Conforme se pôde apreciar pelos dois resultados combinados das duas fontes de pesquisa realizada, que eles confirmam a hipótese de que os Parques Públicos de Bairro apresentam potencial para tornar os diversos assentamentos humanos de uma cidade mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, sem necessidade de grandes áreas e infraestruturas complexas. Portanto, reforça-se o pressuposto que distribuir na cidade, de forma coerente e com qualidade os Parques Públicos, constitui uma das formas efetivas para se cumprir o ODS 11.

Ainda que as publicações a respeito deste tema não sejam abundantes e as pesquisas não tenham ocorrido em cidades brasileiras e latino-americanas, as reflexões e resultados apresentados sobre outras realidades, já permitiram deduzir a respeito da importância exercida pelos Parques Públicos de Bairro como vetor do desenvolvimento urbano e territorial sustentável.

Foram verificados pelos conceitos adotados e práticas realizadas, a importância em se considerar os Parques Públicos de Bairro um bem-comum da sociedade, assim como do direito social em se contar com a presença deles, estruturados com qualidade, e a viabilidade para acessá-los de forma aberta e equitativa.

Sua viabilização como vetor de desenvolvimento urbano e territorial sustentável, por meio de um planejamento urbano construído socialmente a partir dos bairros, como se pôde apreciar, implica num processo multisetorial, multidimensional e multiescalar. O protagonismo social faz parte desta construção social, sob forma de um planejamento participativo, por meio das parcerias que conformam a multisetorialidade (governo, academia, empresa, sociedade civil), e envolvem governanças colaborativas. Por outro lado, a multidimensionalidade implica em pensar os Parques Públicos de Bairro como vetores do desenvolvimento, tanto na dimensão social, como econômica e ambiental. Com relação à multiescalaridade no planejamento urbano e territorial sustentável, importante salientar a necessidade de levar em conta a distribuição coerente e integrada destes Espaços Públicos de Bairro na escala mais ampla da cidade.

Portanto, reitera-se a afirmação da ONU-Habitat (2019) de que, quando bem projetados, os Parques Públicos de Bairro podem ajudar a melhorar a qualidade de vida dos moradores, reduzir índices de criminalidade e violência, ou mesmo disponibilizar serviços e oportunidades ao mercado informal, com maior resiliência ambiental.

Referências

ÁVILA, Vicente Fideles de. **Pressupostos para formação educacional em desenvolvimento local**. Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local, Campo Grande, v. 1, n. 1, p. 63- 76, set. 2000. Disponível em: www.interacoes.ucdb.br. Acesso em: 10 out. 2024.

BADAR, Rukhsana; BAHADURE, Sarika. *Neighbourhood open spaces for social cohesion*. *E3S Web of Conferences*, [S. l.], v. 170, art. 06019, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1051/e3sconf/202017006019>.

BERTUZZI, Felipe Buller. **Parques Urbanos de Recreação no Convívio Social em Campo Grande/MS**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Local), UCDB, 2024.

BERTUZZI, Felipe Buller. **Potencialidade dos Parques Recreativos no planejamento urbano e territorial sustentável de Campo Grande/MS**. 2024. 233 p. Tese (Doutorado) - Curso de Desenvolvimento Local, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2024.

BESSER, L. M.; JIMENEZ, M. P.; REIMER, C. J.; MEYER, O. L.; MITSOVA, D.; GEORGE, K. M.; ADKINS-JACKSON, P. B.; GALVIN, J. E. *Diversity of studies on neighborhood greenspace and brain health by racialized/ethnic group and geographic region: a rapid review*. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 20, p. 5666, 2023.

BUSTAMANTE, Gabriela; GUZMAN, Viveka; KOBAYASHI, Lindsay C.; FINLAY, Jessica. *Mental health and well-being in times of COVID-19: A mixed-methods study of the role of neighborhood parks, outdoor spaces, and nature among US older adults*. *Health & Place*, [S. l.], v. 76, 102813, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.healthplace.2022.102813>

CAVALHEIRO, Felisberto; DEL PICCHIA, Paulo Celso Dornelles. Áreas verdes: conceitos, objetivos e diretrizes para o planejamento. In: **1o Congresso Brasileiro sobre Arborização Urbana e 4o Encontro Nacional sobre Arborização Urbana**, 1992. Vitória: SBAU, p. 29-38, 1992.

CHEN, Shi; SUN, YI e SEO, Bo Kyong. The Effects of Public Open Space on Older People's Well-Being: from neighborhood social cohesion to place dependence. *Int. J. Environ. Res. Public Health*, 19, 16170, 2022. <https://doi.org/10.3390/ijerph192316170>

CHITRAKAR, Rajjan Man; BAKER, Douglas C.; GUARALDA, Mirko. **Changing provision and use of neighbourhood public space in Nepal's Kathmandu Valley**. *Journal of Architecture and Urbanism*, [S. l.], v. 41, n. 1, p. 46–59, 2017. DOI: 10.3846/20297955.2017.1296794.

DUNTON, Genevieve Fridlund; ALMANZA, Estela; JERRETT, Michael; WOLCH, Jennifer; PENTZ, Mary Ann. *Neighborhood park use by children: use of accelerometry and global positioning systems*. *American Journal of Preventive Medicine*, New York, v. 46, n. 2, p. 136–142, fev. 2014.

ESCADA, Maria Isabel Sobral. **Utilização de técnicas de sensoriamento remoto para o planejamento de espaços livres urbanos de uso coletivo**. Dissertação (Mestrado em Sensoriamento Remoto). Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, São José dos Campos, SP, 1992.

FASSI, Davide; MARAMOTTI, Maria. *Neighbourhood, community and public space: designing the proximity together*. Disponível em: DOI: 10.4324/9781003509653-14. Capítulo sob licença CC-BY 4.0.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. Tradução: Anita Di Marco. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013. 280 p.

GIL, Antônio Carlos **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994.

GOMES, Marcos Antônio Silvestre. **Os Parques e a Produção do Espaço Urbano**. Jundiaí, Sp: Paco Editorial, 2013. 176 p.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. Tradução: Carlos S. Mendes Rosa. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. 512 p. (Coleção Mundo da Arte).

JAUSUS, Nadzirah; SAID, Ismail. *Barriers to Participation in Neighbourhood Public Space Maintenance*. In: INTERNATIONAL ALLIANCE FOR SUSTAINABLE URBANIZATION AND REGENERATION (Org.). *IASUR Conference 2014*. Kashiwa City, Chiba, Japão, 2014. p. 225–233.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001. 144 p.

MARTÍN, José Carpio. **Desarrollo local para un nuevo desarrollo rural. Anales de Geografía de la Universidad Complutense, Madrid**, v. 19, p. 85-100, 1999. DOI: doi.org. Disponível em: revistas.ucm.es. Acesso em: 25 out. 2024.

MOULAERT, Frank.; MACCALLUM, Diana.; VAN DEN BROECK, Pieter. e CABEZA, Marisol G. *Bottom-linked governance and socially innovative political transformation. Atlas of social innovation: a world of new practices (vol.2)*, p. 62-65, 2019.

ONU-Habitat. Programa de Assentamentos Humanos da Organização das Nações Unidas. **International Guidelines on Urban and Territorial Planning**. Nairobi: ONU-Habitat, 2018.

ONU-Habitat. Programa de Assentamentos Humanos da Organização das Nações Unidas. **Public Space**. Nairobi: ONU-Habitat, 2018.

ONU-Habitat. Programa de Assentamentos Humanos da Organização das Nações Unidas. **Nova Agenda Urbana**. Nairobi: ONU-Habitat, 2017.

PENG, Sining e MAING, Minjung. Influential factors of age-friendly neighborhood open space under high-density high-rise housing context in hot weather: a case study of

public housing in Hong Kong. *Cities*, 115, 103231, 2021.
<https://doi.org/10.1016/j.cities.2021.103231>

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Guia de Territorialização e Integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: PNUD, 2021.

QI, Jie; MAZUMDAR, Suvodeep; VASCONCELOS, Ana C. Understanding the relationship between urban public space and social cohesion: a systematic review. *International Journal of Community Well-Being*, [S. 1.], 2024.
<https://doi.org/10.1007/s42413-024-00204-5>

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RECHIA, S. **Parques Públicos de Curitiba: a relação cidade-natureza nas experiências de lazer**. Tese (Doutorado em Educação Física), Campinas: Unicamp, 2003s.

SIMONS, Elise J. **Exploring roles for communities in green infrastructure projects**. 2017. Dissertação (Mestrado em Urban and Environmental Policy and Planning) – Tufts University, Medford, 2017

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2007. 205 p.

STRZELECKA, M.; SORENSEN, J.; WICKS, B. *The role of place attachment in revitalization of neighborhood parks in East St. Louis. Loisir et société: Society and leisure*, v. 33, p. 251–271, 2011. ISSN 0705-3436

SHI, Tao; GUO, Fangjie; ZHANG, Yali. *Transforming public spaces in post-socialist China's Danwei neighbourhoods: The third dormitory of the Party Committee of Shandong Province. Urban Planning*, [S. 1.], v. 9, art. 7632, 2023. DOI: <https://doi.org/10.17645/up.7632>.

RAHAI, R.; WELLS, N. M.; EVANS, G. W. *Neighborhood greenspace, extreme heat exposure, and sleep quality over time among a nationally representative sample of American children. International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 21, p. 1270, 2024.

VEITCH, Jenny; RODWELL, Laura; ABBOTT, Gavin; CARVER, Alison; FLOWERS, Elliott; CRAWFORD, David. *Are park availability and satisfaction with neighbourhood parks associated with physical activity and time spent outdoors? BMC Public Health*, [S. 1.], v. 21, art. 1306, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1186/s12889-021-10339-1>

VIDAL, Daniel Dias; TORRES, Fernanda Izabel Tejada. **Parque de Bairro Tikal/Laboratório de Acupuntura**. ArchDaily Brasil, 2024. Disponível em <https://www.archdaily.com.br/br/1019401/parque-de-bairro-tikal-laboratorio-de-acupunturaurbana>. Acesso em 8 de novembro de 2024

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001. 373 p.

ZHANG, Ru; ZHANG, Chun-Qing; CHENG, Wei; LAI, Poh Chin; SCHÜZ, Benjamin. ***The neighborhood socioeconomic inequalities in urban parks in a high-density city: An environmental justice perspective.*** *Landscape and Urban Planning*, [S. l.], v. 214, art. 104099, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2021.104099>.